

Encontro anual alcança a 5ª edição e reúne cerca de 200 profissionais do mercado segurador no Rio

Mais de 200 profissionais do mercado segurador participaram, dia 1º de dezembro, no Rio, da 5ª edição do Balanço das Comissões Temáticas, evento anual organizado pela CNseg para que sejam avaliados os principais assuntos discutidos nestes fóruns no ano e antecipar a agenda de trabalho do ano seguinte. Por estar no exterior, o presidente da CNseg, Marcio Coriolano, não participou do encontro, mas fez questão de produzir um vídeo no qual destaca a importância das comissões temáticas, classificando este modelo consultivo de vencedor, não só por dar suporte a todos os profissionais de mercado, mas também por oferecer contribuições importantes para as diretorias executivas das Federações e da Confederação.

Na sequência, o vice-presidente Executivo da CNseg, Luiz Tavares Pereira Filho, classificou o evento como um dos mais interessantes do mercado, tendo em vista a possibilidade de conhecer o que cada comissão fez no ano e o que planeja fazer, gerando uma enxurrada de informações e uma visão holística do mercado. Para ele, “sem as contribuições das comissões, o mercado não chegou onde chegou nem onde planeja chegar”.

Depois disso, os representantes das 15 comissões se revezaram no púlpito do encontro para prestar conta das principais ações realizadas nas respectivas áreas de atuação. As primeiras comissões a se apresentarem foram as que estão sob a coordenação da Superintendência de Regulação, comandada por Karini Teixeira Rezende Madeira. Nesse grupo, as comissões realizaram três eventos em 2016, participaram de seis consultas públicas da Susep e analisaram 25 normativas Susep e CNSP, entre outras ações.

Comissão Atuarial (CAT)

Ao fazer um balanço do ano, o presidente da Comissão Atuarial, Marcos Spiguel (SulAmérica), afirmou que houve vitórias importantes, inclusive algumas operacionais, como a nova classificação dos ramos em run off, cuja indefinição persistia desde 2013. Ficou acertado com o regulador como serão essas novas classificações, com prazo até junho para fazer as adequações das operações e, até dezembro, para a contabilidade refletir esses novos dados. “Foi uma vitória de um ponto pendente antigo”, disse ele.

Na sua opinião, a Susep, ao se alinhar aos princípios da Solvência II da União Europeia, fez um grande trabalho, tornando o Brasil, na região da América do Sul, um pioneiro das melhores práticas de gestão de riscos, algo expresso na [Circular Susep 521](#). Este normativo, lembrou, obriga as empresas a ter critérios mínimos de gestão de riscos, definindo também a figura do gestor de riscos. “Será um desafio para todas as companhias o cumprimento dessa norma. Algumas já iniciaram etapas para seu cumprimento e outras que ainda não deram início à implementação terão de trabalhar ainda mais daqui para frente”, assinalou.

Apesar dos desafios, ele reconhece que o novo regulamento será muito favorável a médio e longo prazos. Ao lado disso, ele lembrou que o debate sobre os benefícios de requerimento de capital avançou. Na legislação atual, destacou, havia a possibilidade de se usar fatores reduzidos de capital, mas os critérios para utilizá-los estavam suspensos há dois anos, o que, na prática, fazia com que as empresas não tirassem proveito da norma. Recentemente uma consulta pública sobre a matéria foi finalizada e a perspectiva é de que as novas normas entrem em vigência no próximo ano, já com o tema pacificado. “Em tempos de crise, ter flexibilidade em gestão de capital é muito importante”, assinalou.

A avaliação atuarial, que entra em seu segundo ano, também foi considerada positiva. Por outro lado, ele lamentou a perda da flexibilidade da norma do teste de adequação de passivo (TAP). “As empresas serão obrigadas a inserir critérios que hoje são facultativos neste teste. Estamos falando de mais valia de títulos emitidos até o vencimento e de alguns critérios de compensações entre

ramos”, exemplificou, ainda que haja um prazo de adequação de dois anos. Das novas propostas da pauta de 2017, ele assinalou a necessidade dos modelos padronizados de capital, lembrando que, há quase uma década, tais normativos não são revistos pela autarquia. “Nesse prazo, provavelmente este modelos da Susep ficaram descalibrados”, reconheceu ele, para quem a matéria deverá estar em consulta pública brevemente.

Comissão de Administração e Finança (CAF)

Entre as vitórias obtidas pela Comissão de Administração e Finanças em 2016, destaque para a aprovação, por parte da Susep, após muitas discussões no grupo de trabalho CNseg – Susep, da utilização de ativos com menor liquidez ou certeza de valorização em relação aos demais ativos financeiros, para a cobertura de até 30% do Capital Mínimo Requerido. Entretanto, de acordo com o presidente da Comissão, Laenio Pereira dos Santos (Sul América), o resultado do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) poderia ter sido bem maior caso a Susep não tivesse decidido, repentinamente, já agora no fim do ano, propor novos ajustes contábeis. Após intensas negociações, chegou-se a um acordo longe do pretendido pela Comissão, mas bem melhor que o inicialmente proposto pela Susep. Assim, após ajustes econômicos e contábeis, o PLA aumentará 3,6%.

Outra importante medida conquistada pela Comissão foi a mudança da regra de ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Já em relação ao Plano de Contas, não foram debatidas grandes mudanças esse ano, já que essas mudanças são esperadas a partir da implementação das Regras Internacionais de Contabilidade (IFRS, na sigla em inglês).

Após solicitação feita este ano pela Comissão, espera-se, ainda, para 2017, o credenciamento no Programa de Educação Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Comissão de Investimentos (CINV)

Após uma longa discussão iniciada em 2012, o Banco Central publicou em novembro de 2015 a [Resolução CMN 4.444](#) sobre a aplicação dos ativos garantidores que cobrem as provisões técnicas e fundos das seguradoras. Considerada boa por parte de Roberto Santiago Takatsu (Tokio Marine), representante do presidente da Comissão de Investimentos no evento, a norma autoriza investimentos no exterior, medida particularmente positiva para as empresas de grandes riscos, com coberturas indexadas em dólar.

Mas, apesar de boa, a resolução gerou muitas dúvidas quando foi publicada, levando a Comissão a criar dois grupos de trabalho. Um para discutir a possibilidade das seguradoras atuarem diretamente no mercado de derivativos e, outro, para debater a realização direta de investimentos no exterior. Além disso, a Comissão enviou ofício à Susep com questionamentos sobre a norma, que resultaram na produção de uma cartilha sobre boas práticas de investimentos, lançada pela Superintendência em julho deste ano.

“Encerrado esse ciclo de entendimento, podemos partir para a ação”, afirmou Takatsu, para quem 2017 promete fortes emoções relacionadas às normas da Susep.

Comissão de Controles Internos (CCI)

Os trabalhos da Comissão de Controles Internos foram relatados por Valdinei Donizete Silva (Bradesco Seguros), que representou o presidente Assizio Aparecido de Oliveira. Ele comentou os principais impactos da [Circular Susep 521](#), detalhando a implementação da estrutura de gestão de risco prevista pelo regulamento. Abordou ainda o parecer técnico sobre a 1ª Auditoria da Estrutura de Gestão de Risco, outro expediente determinado na Circular Susep 521. Este parecer, desenvolvido por um grupo de trabalho e já aprovado pela CCI, foi encaminhado para aprovação da diretoria da CNseg e posterior publicação no site da entidade.

O especialista lembrou também as contribuições formuladas pela CCI em torno de alterações da norma que trata de prevenção à lavagem de dinheiro, tendo em vista que a autarquia formou um

grupo de trabalho para alterações neste regulamento. A Susep, relatou, publicou portaria para revisar a Circular Susep 445, de 2012, e recebeu em maio as sugestões do mercado, que, alinhadas a legislações do setor financeiro, propõem ajustes em itens como reestruturação do art.13, sobre informações prestadas no grupo I e II da Circular em vigência; procedimentos no momento do cadastro e atendimento das exigências cadastrais, entre outros tópicos.

Ele também comentou positivamente a realização da **10ª edição do Seminário de Controles Internos**, lembrando que seu principal legado foi o de preparar melhor as empresas do setor para enfrentar os desafios econômicos, políticos, éticos e morais em vista da delicada travessia enfrentada pelo País. Também falou da participação da CCI, ao lado de outras comissões, do projeto do Custo de Observância, que visa a mensurar as despesas para cumprir os normativos produzidos pela Susep, CNSP e ANS. Também avaliou positivamente as ações de capacitação técnica dos profissionais de Controles Internos, a partir da parceria com a Escola Nacional de Seguros, e enumerou algumas das matérias técnicas debatidas pela Comissão, como regras de utilização para fator reduzido de capital, uso de modelos internos e o ORSA (autoavaliação de solvência e riscos).

Comissão de Assuntos Fiscais (CAFIS)

O presidente da Comissão de Assuntos Fiscais (CAFIS), Antonio Carlos Nogueira Pedrosa (SulAmérica), destacou, entre outros fatos relevantes, as tratativas para melhorar o entendimento das particularidades do mercado segurador pelas autoridades estaduais de Fazenda. Ainda na agenda da Cafis, o avanço dos debates para que as seguradoras se tornem - substitutas tributárias dos corretores de seguros nas questões relativas ao ISS, para evitar eventuais inconsistências nas declarações enviadas, como de valores ou mês de competência, por exemplo.

Ele também comentou a tramitação da [Ação Direta de Inconstitucionalidade](#) (Adin) patrocinada pela CNseg contra a majoração da alíquota da CSLL, de 15% para 20%, a ser julgada pelo STF. E de outra disputa travada com a Receita Federal, sobre a base de cálculo do PIS/Cofins, também julgada pelo STF.

Comissão de Processos e Tecnologia da Informação (CPTI)

Responsável pelo maior evento de tecnologia do mercado segurador brasileiro, o **Insurance Service Meeting**, que em sua 10ª edição, realizada em novembro deste ano, reuniu mais de 400 profissionais de seguro e de tecnologia, a Comissão de Processos e Tecnologia da Informação, liderada por Carlos Viana Dias (Bradesco Saúde) têm uma série de novos desafios a enfrentar.

Em 2016, seus integrantes participaram das discussões sobre o projeto de reformulação do sistema de envio de informações periódicas da Susep que, por antigo, exige que as seguradoras mantenham sistemas legados, menos eficientes, e, quando for inaugurado, exigirá, segundo Viana, muita atenção por parte das empresas.

E falando de dados e informações, o *big data analytics*, que é a capacidade de se lidar com dados em grande quantidade é um desses desafios citados. “Todas as empresas estão trabalhando com isso e apanhando. Hoje, fazemos com muita informação o que antes fazíamos com pouca”.

O presidente da Comissão também informou que seu grupo está atento a algumas transformações tecnológicas que terão forte impacto no mercado segurador, como a internet das coisas, que conectará praticamente qualquer tipo de dispositivo à internet, inclusive aqueles capazes de monitorar em tempo real o estado de saúde das pessoas. Os carros autômatos também estão no radar da Comissão, já que terão forte impacto na subscrição de seguros de automóveis.

Outra potencial ameaça são as *startups* de tecnologia, que surgem a cada momento, ameaçando concorrer com as seguradoras na oferta de seguros. “Se não estivermos atentos, os negócios se transformam e acabam”, afirmou Viana.

Comissão de Resseguro (CR)

O mercado de resseguros e retrocessão cresce continuamente para suportar as operações das seguradoras, tornando-se um pilar estratégico para a alocação eficiente de capital. Mesmo em um cenário de desaceleração econômica, as transferências de riscos avançam, alcançando a cifra de R\$ 10 bilhões por ano atualmente, depois de oito anos de mercado livre, destacou Thisiani Gisele Matsumura Martins (XL Seguros), membro da Comissão de Resseguro que representou o presidente Nilton Rafael Haiter.

Entre os itens tratados, ela falou da formalização contratual, tendo como base a Resolução CNSP 168 e algumas ambiguidades do regulamento. Após consulta pública e nova [circular \(524\)](#), a formalização contratual está pacificada, em linha com práticas internacionais, bastando agora a assinatura do ressegurador. Ganho operacional na contratação de resseguros.

Outro ponto positivo foi a inclusão dos membros da CR na Comissão Consultiva de Resseguro do CNSP, uma oportunidade de propor medidas de correção e assimetrias, alinhando o mercado brasileiro às práticas internacionais. “Podemos expor as dificuldades e os entraves, contribuindo para a expansão do mercado de resseguros”, disse ela, enumerando algumas das principais medidas técnicas sugeridas, como operações intragrupos ou resseguros de grandes obras.

A especialista fez ainda um balanço positivo do **5º Encontro de Resseguro**, realizado em abril, com uma pauta de debates dos temas mais relevantes para seguros e resseguros. Ela detalhou ainda as tratativas para que a Susep também crie uma comissão permanente de resseguros, algo que provavelmente irá se materializar no próximo ano.

Comissão de Comunicação e Marketing (CCM)

Diferentemente das comissões que haviam se apresentado até então, a Comissão de Comunicação e Marketing, segundo a superintendente de Comunicação da CNseg, Ângela Cunha, não trata tanto de números quanto de imagem. E foi para trabalhar a imagem do setor que a Comissão deu início ao processo de reformulação dos canais de comunicação da Confederação. O primeiro passo foi a realização de duas pesquisas de opinião sobre esses canais, que geraram um documento com proposições de alterações.

Outra motivação para a reformulação dos canais de comunicação, segundo a presidente da Comissão, Renata Lucia Azevedo Muniz (Capemisa) foi a necessidade de adequação destes à agenda estratégica da CNseg, que passou a priorizar a difusão da cultura do seguro. Para isso, inclusive, A Revista de Seguro, publicada pela Confederação, já conta com uma nova editoria sobre Educação em Seguro.

Além disso, a CNseg realizou em 2016 sua entrada oficial nas redes sociais, quando foi lançada a campanha Deixei Pra Trás, que, só no Facebook, alcançou mais de 1,8 milhão de pessoas, tendo gerado 31 mil fãs e 31 mil curtidas, além de 84 mil engajamentos em pouco mais de um mês de campanha.

A **Rádio CNseg** foi outra iniciativa implantada em 2016, gerando, via internet, música e boletins informativos sobre o setor que são replicados por centenas de outras rádios.

Por fim, para 2017, estão previstas, entre outras ações, a elaboração de um novo projeto gráfico para a Revista, a revisão da plataforma do Portal CNseg e a revitalização de sua intranet.

Superintendência de Estudos e Projetos (SUESP)

Comissão de Assuntos Jurídicos (CAJ) Thiago Rodrigues Ayres, gerente da Superintendência de Estudos e Projetos da CNseg, destacou as principais ações de sua área. Além dos boletins estatísticos - o Relatório Interativo, o Caderno de Estatísticas e as Projeções de Arrecadação do Mercado Segurador, o Panorama do Mercado de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Saúde

Suplementar e Capitalização- enumerou dois trabalhos de seu núcleo relevantes para outras comissões temáticas. Um foi a compilação de dados para o ajuste do PLA; a outra foi a participação no estudo sobre custo de observância. Nesse estudo, uma parceria da Deloitte e CNseg, foram identificados os 10 normativos mais onerosos produzidos pelos órgãos de supervisão no período de 2013 e o primeiro semestre de 2014. Na sequência, tais regulamentos foram enviados às comissões temáticas para análise e sugestões de mudanças. Também anunciou a criação da Comissão de Inteligência de Mercado - e seus principais propósitos.

Em 2016, a Comissão de Assuntos Jurídicos (CAJ) participou de três grupos de trabalhos multidisciplinares, tratando da nova regulamentação sobre call centers, dos impactos no Brasil da lei inglesa sobre seguros (Insurance Act) e sobre prazo prescricional em resseguro. O Marco Civil da Internet, que entrou em vigor em 2014 também foi tema das reuniões da Comissão.

Também foram realizados quatro eventos. Um sobre segurança da informação e crimes digitais, um sobre o lançamento da quarta edição da Revista Jurídica de Seguros e dois sobre o Novo Código de Processo Civil (CPC).

Entre todos os temas que mobilizaram os membros da Comissão, foi mesmo o Novo Código de Processo Civil (CPC) um dos mais importantes, com potencial impacto em 100 milhões de processos em tramitação. De acordo com a representante da comissão no evento, Milena Carvalho Fratin (Sul América), o novo CPC também impactou bastante o mercado segurador, particularmente nos pontos que tratam das audiências de conciliação obrigatórias, que podem levar à redução da judicialização.

Em 2017, a CAJ deve tratar com mais ênfase temas como as formas alternativas de resolução de conflitos que, de acordo com a superintendente Jurídica da CNseg, Glauce Carvalhal, podem muito contribuir para a redução da judicialização. Além disso, a resolução da ANS sobre vendas online e a questão da segurança da informação, assunto tratado no Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional, também estão no foco da Comissão.

Comissão de Sustentabilidade e Inovação (CSI)

A presidente da Comissão de Sustentabilidade e Inovação, Maria de Fátima Mendes de Lima (BB Mapfre), informou que seu grupo avaliou 60 temas nas oito reuniões realizadas neste ano. Acrescentou que dois grupos de trabalho foram implantados. Um para cuidar da integração e pesquisas ASG; outro para tratar de Accountability.

Ela recordou os principais propósitos da Comissão, como promover o engajamento do mercado com o desenvolvimento sustentável; estimular melhores práticas de gestão de risco, via informações qualificadas e análise dos impactos; e estimular o desenvolvimento setorial, com a elaboração de pesquisas e compartilhamento de conhecimento.

A presidente da Comissão também destacou a formalização da SUSEP como instituição apoiadora dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), condição compartilhada com a CNseg. A aderência da Susep pode ser entendida como um movimento no sentido de exigir maior atenção de suas supervisionadas à gestão de questões ASG.

Fátima Lima destacou, ainda, a participação dos membros da CSI nos principais encontros do mercado, oportunidades usadas para integrar à agenda setorial as questões Ambientais, Sociais e de Governança (ASG). Destacando a primeira edição do Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros no formato GRI, ela detalhou alguns dos principais indicadores publicados, como o fato de 85% das seguradoras terem ações ligadas à educação em seguros e 96% já terem código de ética ou de conduta. Contudo, segundo o levantamento, ainda há oportunidade de melhoria para políticas ASG de subscrição, capacitações em temas ASG e metas de desempenho ASG.

Comissão de Seguros Inclusivos (CS Inclusivos)

“A classe C continua a ser um importante vetor da economia brasileira”, afirmou o presidente da Comissão de Seguros Inclusivos (CS Inclusivos), Eugênio Velasques (Bradesco Vida e Previdência), em sua apresentação. E é justamente para essa classe que se destinam os seguros Inclusivos, que possuem valores de prêmios e indenizações mais baixos. Particularmente em relação à Saúde Suplementar, onde se observa um recuo do número de beneficiários, afirmou que poderia ser um importante instrumento de inclusão. Mas, ainda de acordo com Velasques, para que os seguros inclusivos possam se desenvolver, precisam vencer certa resistência do órgão regulador “ainda resistente a abandonar o papel” e a mudanças na legislação, ações que, segundo ele, seriam simples, necessitando apenas de boa vontade.

E para tentar vencer essa resistência por parte da Susep, a Comissão propôs a criação de comissão conjunta sobre o tema, com foco na simplificação das informações nos bilhetes, na exclusão da obrigatoriedade de indicação de público-alvo e na previsão de correção monetária para atualização dos limites de capital segurado. Além disso, ofício enviado à Superintendência de Seguros Privados solicita, ainda, a retomada dos estudos da venda por meios remotos, sobre a regulamentação do mercado de seguros inclusivos e sobre metodologias e ferramentas de avaliação de impacto regulatório.

Outra iniciativa da Comissão foi a proposta de parceria com o Sebrae, em conjunto com a Susep, para estudar e fomentar soluções de seguros para microempreendedores, entre outras ações.

De acordo com a superintendente de Acompanhamento de Conduta de Mercado da CNseg, Maria Elena Bidino, com 90% da população com renda familiar média até R\$ 2.400 por mês (conforme estudo do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Banco Bradesco), se não atendermos a ela, não estaremos cumprindo nosso papel social.

Comissão de Relações de Consumo (CRC)

O relato dos principais temas apreciados pela Comissão de Relações de Consumo, presidida por Vladimir Freneda Rodriguez - e a pauta prévia de 2017 foram apresentados pelo gerente da Superintendência de Acompanhamento de Conduta de Mercado da CNseg, Pedro Pinheiro. Segundo ele, foram realizadas sete reuniões no ano, com uma participação de 20 membros por encontro, e 50 assuntos em debate, além de dois grupos de trabalho criados - um para cuidar dos “Colóquios de Proteção do Consumidor de Seguros”, outro para debater mudanças no SAC, e o projeto do Consumidor Oculto.

Pedro citou os principais eventos realizados com o apoio da Comissão em 2016, como o 4º Seminário de Direitos & Deveres do Consumidor de Seguros, em abril, e duas edições dos Colóquios de Proteção do Consumidor de Seguros - em Curitiba (março) e em Manaus (outubro), com participação expressiva de membros do Procon e entidades de Defesa do Consumidor.

O gerente da CNseg avaliou positivamente as tratativas com a Senacon para assinatura de um termo de cooperação para o desenvolvimento de um e-learning de seguros para os Procons, provavelmente no decorrer de 2017. Além disso, lembrou dos principais temas discutidos na agenda de trabalho com a Senacon, como o apoio para a rejeição do Projeto de Lei que regulamenta o serviço de call center, em tramitação no Senado; a escassez de autopeças de reposição para certas coberturas de seguros; a participação da iniciativa privada em reuniões setoriais da Senacon, entre outros tópicos. Ele também relatou a ação de monitoramento das queixas contra seguros e planos de saúde que tramitam no portal consumidor.gov.br.

Comissão de Ouvidoria (COUV)

“Ouvidoria não é centro de custo, é centro de resultado”, afirmou o presidente da Comissão de Ouvidoria, Silas Rivelle Jr.(Unimed) no início de sua apresentação. E para que essa atuação torne-se ainda mais relevante, segundo ele, o consumidor precisa ser mais bem educado e, as seguradoras, mais transparentes. E justamente para contribuir com essa transparência que a Comissão lançou este ano o Relatório de Atividades das Ouvidorias 2015, que apresenta um retrato do setor

segurador a partir de informações fornecidas pelas empresas associadas, trazendo indicadores sobre o tratamento conferido às demandas dos consumidores pelas ouvidorias das 52 empresas e grupos participantes. Como novidade desta edição, a obtenção de informações pelo Sistema de Coletas de Dados das Ouvidorias (SCD-Ouvidorias), que já vem sendo desenvolvido há três anos e pode ter seu formato reproduzido pela Susep para o monitoramento do desempenho das ouvidorias por parâmetros objetivos.

Outra importante publicação atualizada neste ano foi o Guia de Acesso do Consumidor às Empresas de Seguros, Previdência Privada, Saúde Suplementar e Capitalização, com os contatos de SAC, Central de Atendimento e Ouvidorias das empresas participantes.

Em realização de eventos, a Comissão também foi pródiga, com participação da elaboração, este ano, dos 2º e 3º Colóquios de Proteção do Consumidor de Seguro e da **6ª Conferência de Proteção do Consumidor de Seguro**, além de reunião com o novo titular da Secretaria Nacional do Consumidor e da 2ª Celebração do Dia do Ouvidor e Dia Internacional do Consumidor.

Para 2017 estão previstos a realização de mais três Colóquios (João Pessoa, Belo Horizonte e São Paulo), workshop de Reclamação do Setor de Seguros, Susep e ANS, a terceira Celebração do Dia do Ouvidor e Dia Internacional do Consumidor, a terceira edição do curso de Formação de Analistas de Ouvidoria, além do lançamento do Relatório de Atividades das Ouvidorias 2017 e aprimoramento do sistema SCD Ouvidorias.

Participante dos três Colóquios realizados até agora, a ouvidora do Bradesco Seguros, Gisele Garuzi subiu ao palco para apresentar um breve balanço dos eventos e informou que uma conversa tão aberta com os Procons não poderia ser imaginada por ela até então, tendo sido tão positivo para ambas as partes que os Procons já estudam levar esse modelo de diálogo para outros setores.

Comissão de Recursos Humanos (CRH)

A Comissão presidida por Patrícia Quirico Coimbra (SulAmérica) teve 8 reuniões em 2016, com média de participação de 26 membros. A CRH possui seis Grupos de Trabalho. O GT de Negociação Sindical Patronal realizou duas reuniões com o consultor Hélio Zylberstajn sobre cenários do mercado de trabalho e negociações. O GT de Relações Trabalhistas com foco no eSocial analisou os pontos críticos para a implantação do eSocial nas empresas e participou da proposta do novo cronograma de implantação. O GT de Indicadores de RH elaborou os fundamentos do Sistema Coletor de Dados de RH (SCD-RH), que deu origem ao relatório - também de autoria do GT - com 23 indicadores estratégicos de capital humano para o setor de seguros. Já o GT Marca Empregadora, que tem por objetivo tornar o mercado segurador mais atraente para os profissionais das novas gerações, mapeou as ações necessárias para alavancar a imagem do mercado e realizou um workshop sobre o tema. O GT de Desenvolvimento de Talentos com foco em Liderança desenvolveu, em conjunto com a Escola Nacional de Seguros, proposta de 'Curso Avançado para Gestores de Seguros - 1ª Liderança'. O GT de Remuneração, por sua vez, realizou 8 reuniões onde foram debatidos estrutura comercial, métricas de comissionamento e remuneração variável e estrutura organizacional. Por fim, o GT Olimpíadas 2016 teve por objetivo disseminar informações sobre o planejamento da cidade do Rio no período do evento a fim de diminuir eventuais impactos operacionais.

Outra importante ação destacada pela presidente da Comissão, segundo sua presidente, foram as 58 rápidas pesquisas realizadas entre a equipe, composta por representantes de mais de 20 seguradoras, sobre boas práticas visando contribuir para a tomada de decisões dentro das empresas.

Encerramento

O encerramento da solenidade ficou a cargo do diretor-geral Executivo da CNseg, Marco Barros, que assinalou o trabalho importante realizado pelas comissões temáticas, algo que contribui para o mercado ser mais transparente possível, ao oferecer as melhores respostas e soluções.

Fonte: CNseg, em 08.12.2016.